

## **AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO**

Nathalia Raiany Araujo Andrade Pereira, e-mail: nathaliaraiany77@gmail.com  
Keila Pinna Valensuela (Orientadora), e-mail: keilapinna@hotmail.com

Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR campus Paranavaí

### **Resumo:**

O presente resumo, com base na teoria social crítica, pretende discutir as violações de direitos vivenciados pelos adolescentes autores de ato infracional anteriormente às legislações de proteção atuais, contextualizando as expressões da questão social. Para tanto, faremos uma breve discussão dos desafios que se apresentam ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual prevê a proteção integral.

**Palavras-chave:** Adolescente autor de ato infracional; Medidas socioeducativas em meio aberto; Violações de direitos.

### **Introdução**

O objetivo, deste trabalho, é discutir o contexto de violência vivida por adolescentes autores de ato infracional no Brasil, anterior a afirmação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e trazer o questionamento sobre o aparato estatal em responder a essas demandas.

Antes da promulgação do ECA, a proteção da criança e adolescente tinha caráter religioso e voltado a caridade. No período da República Velha, crianças de 9 a 14 anos eram avaliadas psicologicamente e penalizadas de acordo com sua compreensão sobre o delito cometido e recebiam a mesma pena equivalente a um adulto. O Código de Menores de 1927 e 1979 retratavam o caráter punitivo na qual via o adolescente como menor perigoso (MPPR, 2022).

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado em 1990, pela Lei nº 8.069, com vistas à garantia da proteção integral, incluindo o adolescente autor de ato infracional, estabelecendo o cumprimento de medida socioeducativa

que posteriormente foi regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei nº 12.594/2012.

Cabe aqui, o questionamento a respeito da intervenção ativa do Estado na questão do adolescente em conflito com a lei, considerando o contexto sociocultural de violência, na qual se encontra inserido.

O Estado tem o papel primordial na inclusão social do adolescente autor de ato infracional, oportunizando a reconstrução dos seus vínculos familiares e comunitários, o exercício da cidadania por meio do acesso à educação, profissionalização, cultura, esporte e lazer.

### **Materiais e métodos**

Para a realização deste trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica em livros e artigos sobre adolescentes em ato infracional, referente às primeiras aproximações com o objeto de pesquisa a ser desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Também foi feita uma breve pesquisa documental, a partir de consultas na legislação vigente sobre medidas socioeducativas.

### **Resultados e Discussão**

Durante décadas, os adolescentes que cometiam algum delito eram vistos como menores infratores, ou seja, eram aqueles que se encontravam perambulando ou furtando e que, por esta razão, deveriam ser encaminhados para os internatos. Esta perspectiva punitiva era característica dos Códigos de Menores de 1927 e 1979.

Passetti (1999) afirma que o primeiro Código de Menores de 1927, procurava não só regulamentar o trabalho de crianças e adolescentes, mas também definir a emergência do “menor perigoso” como decorrente da situação de pobreza. O segundo Código de Menores, do ano de 1979, reviu essa perspectiva a partir da concepção de situação irregular como origem da criminalidade juvenil.

Essa perspectiva começou a mudar no processo de redemocratização. No Brasil, a década de 1980 foi marcada pelo aumento das manifestações dos

Novos Movimentos Sociais - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Fórum Nacional de Defesa da Criança e outros - que eclodiram uma série de reivindicações pós ditadura militar. Nesse contexto, criou-se a nova Constituição Federal de 1988 e, na sequência, o Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei 8.069/1990. O ECA tem por objetivo a reeducação e reinserção do adolescente à sociedade, sendo premissa a dignidade da pessoa humana, considerando adolescentes entre 12 e 18 anos de idade incompletos.

De acordo com o artigo 227, da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, on-line).

O ECA define adolescentes pessoas em peculiar desenvolvimento que merecem uma especial atenção por parte do Estado, como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos constitucionalmente. Embora o ECA preconize a Doutrina da Proteção Integral,

Observamos que as crianças e os adolescentes do Brasil representam a parcela mais exposta às violações de direitos pela família, pelo Estado e pela sociedade – exatamente ao contrário do que define a nossa Constituição Federal e suas leis complementares. Os maus-tratos; o abuso e a exploração sexual; a exploração do trabalho infantil; as adoções irregulares, o tráfico internacional e os desaparecimentos; a fome; o extermínio, a tortura e as prisões arbitrárias infelizmente ainda compõem o cenário por onde desfilam nossas crianças e adolescentes. (VOLPI, 2002, p. 8).

Pode-se dizer que o primeiro ato de violência sofrido por crianças e adolescentes parte do momento em que o Estado não preenche a lacuna deixada pelo mercado, em que a situação de desemprego, carência e a falta de escolaridade podem ser entendidas como violentador, a violência legítima monopolizada que define o seu poder.

[...] o Estado mostra-se como violentador quando não supre as carências de crianças cujas condições econômicas são por ele consideradas insatisfatórias. Mas ele próprio inocenta sua incapacidade de atender a todos, uma vez que sua condição de garantidor do egoísmo individualista justa posta a situação de julgador e condenador de indivíduos violentos, preserva a continuidade de seu complexo organizacional repressivo e assistencial, fundado na eficácia institucional, e comporta, de tempos em tempos reformas ou substituições de órgãos e departamentos. (PASSETTI, 1999, p. 58).

Ao iniciar a prática infracional, dentre outras razões, pela falta de assistência estatal, o adolescente é submetido a medida socioeducativa, que segundo Volpi (2002) possui um caráter ambíguo, pois as medidas socioeducativas são aplicadas de acordo com a infração, comportam aspectos de natureza coercitiva uma vez que são punitivas aos infratores, mas também comporta aspectos educativos no sentido de proteção integral e promovendo o acesso à formação e informação. Trazendo a oportunidade de superação da exclusão no convívio social.

O ECA, em seu artigo 112, define os tipos de medidas socioeducativas: advertência, obrigação reparo ao dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

A Lei nº 12.594/2012 instituiu o SINASE, o qual regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional. É conjunto de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, nos âmbitos Federal, Estadual e municipal, que rege o atendimento do adolescente desde o processo de apuração do ato infracional até a execução das medidas socioeducativas.

Segundo Fialho (2013), o sistema socioeducacional não tem proporcionado a devida recuperação e ressocialização da qual se propõe. É um sistema falho já que evidencia a desigualdade social, a exclusão dos mais pobres e a precariedade de condições dos equipamentos pedagógicos, prejudicando o desenvolvimento de um trabalho minimamente eficaz. Consequentemente a isso, a reincidência à brutalidade e à violência são recorrentes, com o aumento das infrações graves e das ocorrências criminais envolvendo menores de 18 anos. O ciclo se repete.

### **Considerações finais**

Conclui-se que as violações de direitos aos adolescentes autores de ato infracional são recorrentes na história brasileira, sendo o Estado o primeiro violentador ao não suprir seus direitos garantidos constitucionalmente.

Diante o exposto, observa-se que embora avançamos em termos legais e institucionais, na execução de medidas socioeducativas, o Estado que impõe a lei é o primeiro que não a cumpre.

### **Referências:**

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível: [normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988#/CON1988\\_05.10.1988/art\\_227\\_.asp](http://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988#/CON1988_05.10.1988/art_227_.asp). Acesso: 10 mai. 2022.

BRASIL, **Estatuto da Criança e Adolescente, Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso: 10 mai. 2022.

BRASIL, **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** (Sinase), Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Disponível: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm). Acesso: 10 mai. 2022.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. Políticas públicas para jovens em conflito com a lei: refletindo um contexto. In: OLINDA, E. M. B. (Org.). **Medida Socioeducativa de Internação**: Educa?. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2013, p. 307-329.

MPPR. Ministério Público do Paraná. **ECA - Linha do tempo sobre os direitos de crianças e adolescentes**. Disponível: [crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html](http://crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html). Acesso: 10 mai. 2022.

PASSETTI, Edson. **Violentados: crianças, adolescentes e justiça**. São Paulo: Editora imaginário, 1999.

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.